

**Assunto:** Re: ESCLARECIMENTOS - PE55-2022 - SERVIÇOS DE LANCHES

**De:** Marconni Rodrigues de Alcantara Santos <mrasantos@tre-ba.jus.br>

**Data:** 05/09/2022 12:49

**Para:** JUNIOR BARBOSA <eventos@setrealizacoes.com.br>

Prezado Senhor,

Sobre os questionamentos formulados, e após consultada a área especializada, esclarece-se que tendo em vista que se trata de fornecimento de alimentação, estando no campo de incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, não haverá incidência do Imposto sobre Serviços (ISS).

Quanto à retenção dos tributos federais, caso a vencedora do certame seja não optante pelo regime tributário do Simples Nacional, haverá a retenção na fonte dos tributos federais (IR, CSLL, PIS/PASEP e COFINS) com alíquota de 5,85% e código de receita 6147, nos termos do Anexo I da Instrução Normativa RFB Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Por outro lado, se a vencedora do certame for optante do regime tributário acima citado, não haverá retenção na fonte dos tributos federais, nos termos da mencionada instrução normativa.

Por fim, quanto à incidência da contribuição previdenciária relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), não haverá incidência, pois, conforme a lei complementar acima mencionada, o fornecimento de alimentação é considerada como operação relativa à circulação de mercadorias e não referente à prestação de serviços, não estando elencado na Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 como fato gerador da obrigação previdenciária.

Atenciosamente,

Marconni Rodrigues de Alcântara Santos  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
CNPJ: 05.967.350/0001-45  
Técnico Judiciário  
(71) 3373-7025

Em 25/08/2022 11:56, JUNIOR BARBOSA escreveu:

///FAVOR DESCONSIDERAR O ÚLTIMO E-MAIL E CONSIDERAR ESTE///

Prezado Pregoeiro,

solicito ao seu ordenador de despesas os seguintes esclarecimentos referente a tributação e retenção de impostos na fonte e seus percentuais para que possamos realizar nossa proposta integralmente executável.

Prezado Sr. Ordenador de Despesas do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia,

Com a LEI Nº 14.133/2021 - LEI PERSE (Programa de Retomada do Setor de Eventos), como ME/EPP e não optante pelo Simples Nacional, somos beneficiários desta referida LEI que nos isenta de retenção de impostos federais na fonte.

Além desta referida LEI, temos a Lei Geral do Turismo de nº 11.771/2008, temos o Decreto 25508/2005-DF que por estarmos sediados no Distrito Federal, que reduz nossa tributação sobre o ISS de 5% para 2% da base de cálculo, dentre vários outros instrumentos que regulamenatam e insentivam o nosso setor.

Como infelizmente cada órgão age de maneira aleatória no entendimento destes

instrumentos, queremos saber deste setor para a contratação específica. Diante destas Leis qual está sendo o procedimento de pagamentos e retenções ou não dos impostos federais de serviços?

PIS/COFINS

IRPJ

CSLL

ISS

INSS

Outrossim: E no que diz respeito ao INSS, por realizamos serviços subcontratados de outras empresas parceiras para obtenção do resultado final do objeto, as quais também emitem nota fiscal contra a nossa Empresa, qual é o entendimento deste ordenador de despesas para que não haja BITRIBUTAÇÃO no recolhimento do INSS?

Desde já, ficamos no aguardo do vosso pronunciamento par que possamos não somente preparamos nossa proposta de preços e também ajudar a todas as empresas participantes nesse sentido.

Atenciosamente,

Júnior Barbosa | Account Executive

S&T EVENTOS EIRELI | CNPJ: 06.878.596/0001-03

[eventos@setrealizacoes.com.br](mailto:eventos@setrealizacoes.com.br)

(61) 99800-6359